

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA: O CONFRONTO ENTRE O GRANDE ASSISTIDO E O PEQUENO DESASSISTIDO

Ezequiel De Lima*
Denise Pastore De Lima**

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é verificar a atual conjuntura em que o meio rural está inserido e apresentar alternativas para uma recomposição das políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento da agricultura no Paraná. Pretende detectar os rumos da agricultura paranaense tomados, a partir dos problemas estruturais, como a posse das terras, o uso do solo e a forma com que é explorado e, também, apresentar algumas conclusões e saídas que passam pela adoção de programas práticos, alinhados com a competitividade necessária do pequeno produtor.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento agrícola, trabalho rural, pequeno produtor.

DEVELOPMENT OF AGRICULTURE: THE CONFRONT BETWEEN THE BIG HELPED AND LITTLE UNAIDED

ABSTRACT: The objective this search is verify the moment that rural middle is insert and present alternative to recomposition of public politic., directed to development of agriculture of Parana. Intend to detect the direction of agriculture of Parana making start of structure problem as a occupancy of earth, use of soil and form that is explored, also present some conclusions any alternative that pass to adoption of practices programs, together to competitive of small producer.

KEY WORDS: Development of agricultural, Rural work, little producer.

1. Introdução

A composição da população rural no Brasil sofreu mudanças significativas, nos últimos tempos, de forma que o conceito de “rural” tornou-se de difícil análise devido ao fato de os diferentes grupos, que formam esta população, estarem, simultaneamente, em processo de reestruturação. Por isso, o perfil da ocupação desta categoria econômica transformou-se, significativamente, na década que compreende os anos de 1991 a 2000, embora isto venha ocorrendo

* Aluno especial do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da UNIOESTE/*Campus de Toledo*.

** Mestranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, UNIOESTE/*Campus Toledo*, Funcionária do CEFET - Medianeira-PR e-mail: denise@md.cefetpr.br

desde a década de 50.

No entanto, é importante destacar que o fio condutor deste processo todo, no tocante à posse da terra e à distribuição de riqueza, segundo Staduto e Freitas (2002), é “uma questão não resolvida”, cuja origem data de 1850, a partir da publicação da Lei das Terras que vetou o livre acesso à terra, a não ser por meio da compra. Isso impediu que o fluxo de imigrantes europeus se diluísse, garantindo a formação do mercado de trabalho agrícola.

Esta conformação acabou refletindo na atual composição do setor “rural” que, juntamente, com as atuais políticas de apoio à agropecuária, melhorando o aporte de recursos para sua tecnificação, acaba gerando impactos no campo reduzindo, drasticamente, a população rural e também o número de pessoas ocupadas no setor.

Staduto e Freitas (2002) apontam o afastamento da economia brasileira baseada na produção agrícola, a partir da década de 30, com o crescimento do setor industrial, sem, no entanto, modificar, substancialmente, o quadro sócio-econômico. Prado (1996), apud Staduto e Freitas (2002), verificou que o país tinha estreitas relações entre capital agrário, cuja origem estava na economia cafeeira e no capital urbano-industrial. Assim, o crescimento da elite industrial não acarretou divergências profundas entre os setores agrícola e industrial.

Segundo Sorj (1980), apud Staduto e Freitas (2002), dois fatores foram fundamentais para o crescimento da produção agrícola: “o aumento do excedente comercializado pelos pequenos produtores de subsistência e a expansão da fronteira agrícola”. Embora o processo de abertura de fronteiras agrícolas, pelos posseiros, dentro e fora dos latifúndios, tenha sido uma prática muito comum no Brasil, criada pela expansão da fronteira agrícola, tornou-se uma prática recorrente. Ocupações agrícolas e não-agrícolas, portanto, já possuem uma forte intensificação entre si, rompendo as fronteiras tradicionais.

Sobre o Oeste do Paraná, Zaar (1999) comenta que o processo de colonização efetivou-se a partir da década de 1940, momento em que o Estado desenvolveu políticas de estímulo à ocupação da porção ocidental do País. Para tanto, terras localizadas no oeste do Estado do Paraná foram concedidas a empresas colonizadoras, com sede no Estado do Rio Grande do Sul, para estimular a vinda dos imigrantes, que chegaram ao Brasil durante o século XIX, os quais conviviam com problemas de redução da fertilidade do solo devido à intensa exploração agrícola e com a diminuição do tamanho das propriedades a partir das partilha dos lotes coloniais, por herança.

Neste trabalho, através da revisão da literatura e utilização de dados apresentados pelo IPEA e IBGE/Cidades pretende-se destacar e evidenciar o desenvolvimento da agricultura e as alterações no perfil de desenvolvimento das populações envolvidas. O estudo recai sobre os motivos que levaram a agricultura paranaense a optar pela exploração maciça do trinômio milho-soja-trigo como opção de renda às famílias envolvidas.

Para a consecução do objetivo proposto neste trabalho, nas seções

que se seguem, será realizada uma revisão de literatura, após, evidencia-se o perfil da agricultura paranaense, o destaque às culturas predominantes, os antecedentes e avanços na construção da política de apoio à agricultura familiar e as considerações finais.

2. Revisão de Literatura

Segundo alguns estudiosos, a forma como a renda é distribuída na sociedade brasileira contribui para que o Brasil seja reconhecido como uma das nações de grande incidência da pobreza absoluta e de significativas desigualdades sociais (Rocha, 2000a, p.03; Barros e Mendonça, 1995) apud Schneider e Fialho (2000). Embora também haja disparidades na distribuição da renda entre homens e mulheres, neste trabalho, pretende-se realçar as informações sobre a alocação da renda, segundo a localização do domicílio, comparando-se os urbanos e os rurais. Nesse sentido, os dados levantados por Hoffmann (2000a, p. 16), apud Schneider e Fialho (2000), revelam que, em 1998, o rendimento médio familiar per capita, na área rural (R\$ 102,9), correspondia a apenas 35% do rendimento médio da área urbana (R\$ 292,4). Enquanto a renda per capita familiar dos 50% mais pobres que residiam no meio urbano, era de R\$ 150,00; para os que habitavam nas áreas rurais ela não era superior a R\$ 60,00 (ainda que os 50% mais pobres, com domicílio urbano, ficassem com 13% da renda total declarada e, os rurais, com 14,6%, o que se explica em razão da concentração da renda ser maior na cidade que no campo).

Seguindo uma abordagem semelhante, Corrêa (1998; 2000), apud Schneider e Fialho.(2000), oferece detalhamentos sobre a estrutura dos rendimentos das pessoas ocupadas no setor agrícola. Tomando-se como variável-chave a renda mensal individual de todos os trabalhos, a autora indica que, entre 1981 e 1990, o rendimento médio das pessoas ocupadas na agricultura brasileira reduziu-se em 11,72%, passando de 1,45 salários mínimos, em 1981, para 1,28, em 1990. Entre os anos de 1992 e 1998, no entanto, houve uma recuperação passando-se de 1,24 salários mínimos para 1,46, representando um aumento de 17,74% (Corrêa, 2000, p.02) apud de Schneider e Fialho.(2000). Não obstante, esta oscilação entre as duas décadas, ao tomar-se o período entre 1981 e 1998, verifica-se por uma taxa média de crescimento de, apenas, 0,70% das rendas médias das pessoas ocupadas. Ou seja, a renda média auferida por um agricultor, no ano de 1998, era proporcionalmente igual àquela que ganhava em 1981. As regiões brasileiras que registraram as maiores quedas, nos anos oitenta, foram o Sul e o Nordeste, onde a renda média das pessoas caiu 21,95% e 20,62%, respectivamente, no período 1981-1990. Na comparação do período de quase vinte anos, tomando-se o ano de 1981 e o de 1998, essas duas regiões registraram uma queda na ordem de 8% das rendas médias das pessoas ocupadas. Uma das conseqüências da queda das rendas médias individuais é o aumento da proporção de pobres que, na região Sul, passa de 0,404, em 1981, para 0,553, em 1992, regredindo um pouco até 1998, quando chega a 0,449 (Corrêa, 2000, p. 09) apud

Schneider e Fialho (2000).

Essas informações revelam uma realidade amplamente conhecida entre os estudiosos brasileiros, a de que nas áreas rurais a pobreza atinge um maior número de pessoas e famílias.

Rocha (1997), utilizando-se de dados da PNAD, mostra que, em 1990, a proporção de pobres que residiam no meio urbano, no Brasil, chegava a 26,8% e era significativamente inferior à proporção da população pobre domiciliada no meio rural, 39,2% da PEA, o que representava 12,2 milhões de pessoas. Na região Sul, compreendendo os três Estados Meridionais, em 1990, havia 1,6 milhão de pessoas pobres com domicílio rural (28,6%) e 1,9 milhão no meio urbano (16,8%), indicando a participação significativa da pobreza rural sobre a proporção total de pobres.

O sistema público brasileiro de assistência técnica e de extensão rural está em frangalhos. Há mais de quinze anos vem sendo sistematicamente desestruturado em benefício da privatização e da terceirização da assistência técnica. Hoje, somente são devidamente assistidos (no uso de uma tecnologia inadequada) os grandes produtores agropecuários. A enorme massa de agricultores familiares está “a ver navios”, com uma minoria recebendo assistência técnica de baixa qualidade, apenas para preparar projeto com vistas à obtenção de financiamentos (do Pronaf) (Ferreira e Garcia, 2002) apud de Garcia (2003).

O então ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Jungmann, em entrevista concedida à Fundação Lyndolpho Silva (1999), diz que a experiência histórica das nações desenvolvidas e dos países emergentes mais bem-sucedidos demonstra que o progresso socioeconômico raramente prescinde de um conjunto de políticas públicas que liberem o potencial da agricultura familiar.

Segundo Souza (2000), as transformações na base técnica da produção da agricultura paranaense modificaram profundamente a organização social rural e trouxeram conseqüências sociais importantes. Graziano(1982:112), apud Souza (2000), destaca que “a evolução recente da estrutura agrária do Paraná é ilustrativa de dois grandes movimentos sucessivos e contrários: a multiplicação de pequenos produtores com formas precárias de acesso a terra (parceiros, arrendatários e posseiros) na década de 60 e sua rápida redução na primeira metade da década de 70. O resultado final, permeado por um crescente número de violentos conflitos, traduziu-se na crescente concentração de terra e, conseqüentemente, da renda gerada no setor agrícola paranaense”.

“As mudanças ocorridas na própria agricultura foram as que mais afetaram a economia e o rural como um todo” (SOUZA, 2000 p 2). Essa desarticulação, segundo o próprio Souza (2000), vem ocorrendo, a partir dos anos 50, com efeitos profundos, desarticulando a vida rural tradicional e consolidando um “novo rural”, com destaque para o caso brasileiro e paranaense.

Delgado (1992), apud Souza (2002), destaca duas questões que promoveram essas transformações: a crescente urbanização do campo, associada

ao progresso técnico, na agricultura, condicionando o desenvolvimento agrícola e as mudanças sócio-econômicas rurais.

A urbanização brasileira e paranaense, segundo Souza (2000), implicou uma elevação da produtividade física da agricultura, a qual foi obtida através do progresso técnico, permitindo, também, uma elevação da produtividade do trabalho.

Esse aumento da produtividade do trabalho agrícola trouxe como conseqüência a passagem de uma forma de produção, com baixo uso de insumos modernos e de pouca mecanização, à outra de natureza intensiva em capital. Assim, várias políticas agrícolas apoiaram o seu desenvolvimento, objetivando assegurar, tanto o abastecimento dos mercados urbanos, quanto tentar equiparar as rendas dos agricultores às de seus pares urbanos (SOUZA, 2000).

Tanto Staduto, Shikida e Bacha (2000) como Souza (2000), concordam que essa conformação fez surgir dois grupos muito diferentes de agricultores: um que consegue introduzir e administrar as novas tecnologias que reestruturam a organização de processos de trabalho agrícolas e os rurais poupadores de mão-de-obra. Esses agricultores, segundo Souza (2000), são os de tipo empresarial ou profissionalizados e, para esse grupo, a atividade agrícola, de forma crescente, deixa de ser uma forma de vida e converte-se em um negócio lucrativo.

Abrigados no segundo grupo estão os agricultores que não puderam acompanhar o intenso e veloz processo de modernização da agricultura. Segundo Souza (2000), eles são excluídos das políticas de desenvolvimento agrícola proposta, pois não conseguem inserção no treadmill tecnológico do agro paranaense. São pequenos produtores familiares, normalmente, com recursos naturais escassos, ou cuja produção agrícola era de subsistência e sem garantia de preços. Muitos deles viram-se na contingência de: abandonar as atividades agrícolas emigrando para os centros urbanos; integrarem-se nas diversas atividades agroindustriais; complementar suas rendas agrárias através de transferências sociais (entre elas, as aposentadorias e pensões) ou, ainda, buscando complementar suas rendas agrícolas por meio da múltipla ocupação de membros do grupo doméstico, ou mais claramente utilizando-se do recurso da pluriatividade.

3. Aspectos da Agropecuária Paranaense

O Paraná está localizado na Região Sul do Brasil, ocupa 199.324 km², o equivalente a 2,3% do território brasileiro. Em 2002, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, a população paranaense era de 9.798.006 habitantes, com uma distribuição espacial estimada de 81,41%, na área urbana, e 18,59%, no meio rural.

Cerca de 45% dos municípios paranaenses têm menos de 50.000 habitantes. Considerando-se a população total do Brasil em 169.799.170 de habitantes, no Paraná habitam 5,6% dos brasileiros.

O agronegócio é a principal atividade econômica do estado. Gera, aproximadamente, 1/3 do PIB (R\$ 27 bilhões), irradiando seus efeitos sobre toda a economia. Com uma agricultura diversificada, é o principal estado agrícola do país.

3.1 Estrutura Fundiária

O Paraná, de acordo com o Censo Agropecuário de 1996 – IBGE -, possui 370.000 estabelecimentos rurais, ocupando 80% do território paranaense, ou seja, 15,94 milhões de hectares (159.466 km²).

3.2 Posse da Terra

A grande maioria dos estabelecimentos, 71% do total, tem os proprietários como responsáveis. Os arrendatários representam 14% do total e os 15% restantes são parceiros ou ocupantes (IBGE – Censo Agropecuário de 1996). (Tabela 1)

TABELA 1 - Posse da Terra – Paraná – 1996.

	Do total dos Estabelecimentos (%)	Da área (%)
Proprietários	71	62
Arrendatários	14	6
Outros	15	32

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

3.3 Tamanho das Propriedades

A estrutura agrária do estado é formada, predominantemente, por pequenos e médios estabelecimentos. De acordo com o IBGE – Censo Agropecuário de 1996, cerca de 86% dos estabelecimentos rurais do Paraná apresentam área inferior a 50 ha, envolvendo 318.200 propriedades. Estes estabelecimentos detêm 28% da área total do estado (Tabela 2)

3.4 Uso do Solo

Segundo o IBGE – Censo Agropecuário de 1996, no Paraná são cultivados, anualmente, 5,5 milhões de hectares com lavouras; 6,7 milhões são destinados a pastagens e 2,8 milhões são ocupados com matas e florestas. O restante, cerca de 3,98 milhões de hectares, refere-se a áreas urbanas, estradas etc. (Tabela 3 e Figura 1)

TABELA 2 - Tamanho das Propriedades – Paraná – 1996.

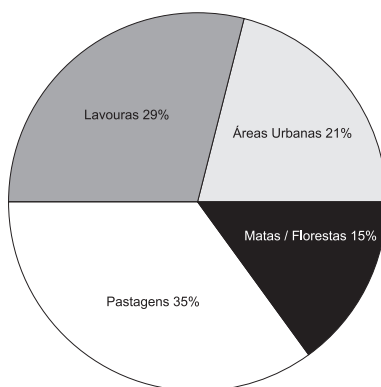
	Do total (%)	Da área (%)
até 10 ha	42	5
10 a 50 ha	44	23
50 a 100 ha	7	11
mais de 100 ha	7	61

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

TABELA 3 - Uso do Solo – Paraná – 1996.

	milhões de ha	(%)
Lavouras	5,5	29
Pastagens	6,7	35
Matas / Florestas	2,8	15
Áreas Urbanas	4,0	21

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

**FIGURA 1** - Uso do Solo – Paraná – 1996

3.5 População Rural

Segundo o IBGE, Censo Agropecuário de 1996, Dos mais de 9,79 milhões de habitantes do Paraná, cerca de 1,82 milhão de pessoas, 18,59% da população, vivem na zona rural. Aproximadamente 81% dos estabelecimentos são explorados pelos proprietários e pessoas da família, envolvendo 1.852.700 pessoas.

Os dados da PNAD-IBGE-2002 apontam para um total de 1.135.772 pessoas envolvidas em atividades agropecuárias.

3.6 Sistema de Exploração

As áreas dos estabelecimentos agropecuários são, em grande parte, exploradas pelos proprietários, 61,8%; os administradores gerenciam quase 1/3 das propriedades e o restante da área é explorada por arrendatários e outras formas de ocupação. (Figura 2)

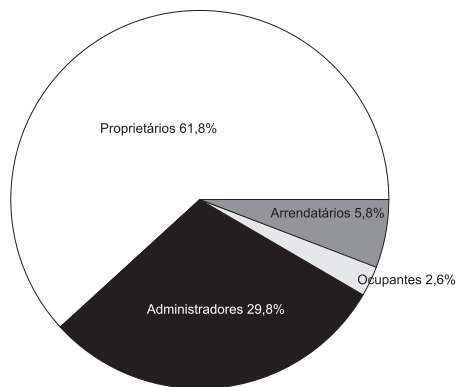


FIGURA 2 - Sistema de Exploração – Paraná – 1996

3.7 Produção de Grãos

O Paraná é o principal estado agrícola do país e, apesar de contar com apenas 2,3% da área do país, segundo a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná – SEAB e Departamento de Economia Rural – DERAL, o estado tem sido responsável pela produção de 24% da safra de grãos do Brasil e, desde o início da década de 90, a safra de grãos do Paraná apresentou um crescimento de 91%. A produção brasileira, no mesmo período, apresentou um incremento de 74%. A área plantada no Paraná com grãos cresceu, no mesmo período 20%, o que evidencia o aumento da produtividade das lavouras.

Segundo a SEAB/DERAL, na safra 2002/2003, a colheita de grãos no Paraná atingiu o volume recorde de 29,6 milhões de toneladas, o que representa 24% da produção brasileira. A safra de verão correspondeu a 90% do total produzido, com destaques para as produções recordes de 14,2 milhões de toneladas de milho e 10,95 milhões de toneladas de soja.

Na safra 2002/2003, a Região Sul do estado produziu 28% do total de grãos do estado, ou 8,2 milhões de toneladas, com destaque para a produção de

milho normal, soja, feijão, trigo e cevada. (Figura 3)

A Região Oeste, onde se localizam os núcleos regionais de Toledo e Cascavel, tem se destacado na produção de grãos e foi líder em produtividade nas culturas de soja e milho normal na safra 2002/2003, também é a região que apresenta os melhores rendimentos nas lavouras de milho safrinha, segundo a SEAB/DERAL.

No entanto, segundo Batalha (2001), a discussão sobre competitividade sempre remete o foco a aspectos da produção, deixando de lado a questão da comercialização, contudo os produtos agroindustriais diferem muito uns dos outros e são, essencialmente, bens de primeira necessidade e de baixo valor unitário. No Brasil, país que possui renda per capita baixa e distribuição de renda concentrada, muitas famílias não têm renda suficiente para a aquisição mínima de alimentos. Por outro lado, o consumidor de produtos agroindústrias, especialmente de alimentos, não exige apenas a regularidade do volume consumido, mas também a qualidade do alimento.

Em volume, as três culturas mais importantes no Paraná são o milho, a soja e o trigo, que respondem pela produção de 94% da produção de grãos no estado.

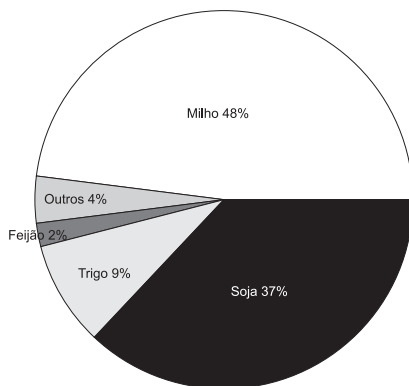


FIGURA 3 - Principais grãos produzidos no Paraná – safra 2002/2003

3.8.1 Milho

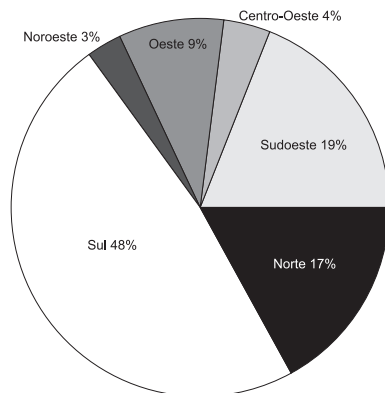
O valor bruto da produção de milho, em 2003, está estimado em R\$ 3,5 bilhões, o que representa 13 % do valor bruto total da produção agropecuária do Paraná. A cultura do milho envolve cerca de 200.000 produtores, gerando cerca de 70.000 empregos no campo, sem computar a mão-de-obra utilizada no complexo industrial, mais os empregos indiretos. Aproximadamente 30% da produção de milho, no Paraná, é oriunda de propriedades com área inferior a 50 ha.

Verifica-se uma crescente preferência dos produtores das Regiões Norte, Oeste e Centro Oeste do estado, pelo cultivo de milho safrinha, em detrimento da safra normal. Nessas regiões, considerando-se as duas safras, cultivava-se 1,5 milhão de ha de milho, sendo que, em 73% da área, planta-se na safrinha. Destacam-se as Regiões de Toledo, com produção de 1,5 milhão de toneladas; Campo Mourão com 1,06 milhão de toneladas e Cascavel com 950.000 toneladas.

A adoção de tecnologia fez do Paraná um dos estados com maior rendimento por área. Nas Regiões de Toledo e Cascavel, a produtividade supera 7.000 kg/ha. O fator principal a influenciar na redução do plantio de milho na safra normal foi a opção pela cultura da soja devido a sua liquidez constante, à boa rentabilidade e à facilidade de comercialização da oleaginosa. Em vista disso, a área da safrinha de milho cresceu 287 % nos últimos 10 anos e a produção cresceu 685%.

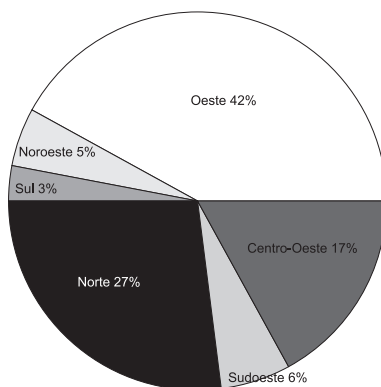
Esse incremento no plantio da safrinha deu-se por uma série de fatores: poucas opções de cultivo de inverno; desestímulo com a cultura do trigo; possibilidade de oferta na entressafra, preços atraentes e menor custo de produção.

Na safrinha 2002/2003 destacaram-se as produtividades das Regiões de Campo Mourão, 4.500kg/ha; Cascavel, 4.970 kg/ha e Toledo, 5.200 kg/ha.



Fonte: SEAB/DERAL

FIGURA 4 - Milho Normal - Paraná - Participação das regiões na produção estadual – safra 2002/2003

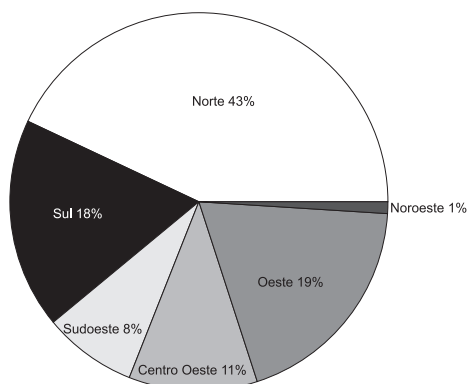


Fonte: SEAB/DERAL

FIGURA 5 - Milho Safrinha – Paraná - Participação das regiões na produção – 2002/2003.

3.8.2 Trigo

O Paraná é o principal produtor de trigo do país e participa com mais de 50% do total nacional. Assis Chateaubriand, no oeste, tem sido, historicamente, o principal produtor de trigo do estado, graças à extensão de área. Os maiores rendimentos são conseguidos em regiões diversas, dependentes das condições climáticas e concentrando-se no sul, devido ao uso mais intensivo do pacote tecnológico.



Fonte: SEAB/DERAL

FIGURA 6 - Trigo – Paraná - Participação das Regiões na Produção - 02/03.

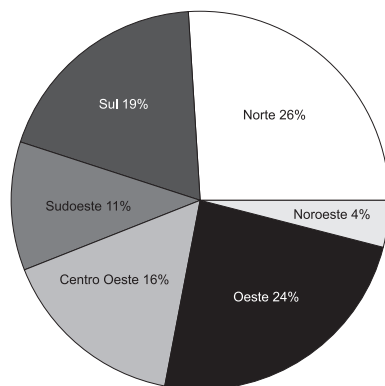
TABELA 5 - Trigo – Paraná - Principais Municípios Produtores – 01/02.

Ranking	em Área		em Produção		em Produtividade	
	Município	hectares	Município	toneladas	Município	kg/ha
1º	A. Chateaubriand	28.000	A. Chateaubriand	58.800	Flor-estópolis	2.700
2º	Toledo	28.000	Toledo	38.640	Pinhão	2.650
3º	Tibagi	25.600	Londrina	36.288	Reserva	2.350
4º	Mamborê	25.000	Tibagi	35.840	Alvorada do Sul	2.340
5º	Londrina	22.400	Mamborê	33.750	Candói	2.282

Fonte: SEAB/DERAL

3.8.3 Soja

O Paraná é o 2º produtor nacional, participando com cerca de 21% do total produzido e os rendimentos médios obtidos, ao redor de 3.000 kg/ha, estão entre os maiores mundiais. Atualmente, a soja em grão participa com cerca de 22,4 % no Valor Total da Produção Agropecuária do Paraná.



Fonte: SEAB/DERAL

FIGURA 7 - Soja – Paraná - Participação das Regiões na Produção - 02/03.

Segundo dados do último Censo Agropecuário do IBGE, em 1996, 69.738 produtores estavam envolvidos com a cultura no Paraná e o tamanho médio da propriedade era de 32,4 ha. Atualmente, devido à expansão da área, o estado possui ao redor de 100.000 produtores SAB/DERAL (2003).

Foi com a sojicultura que as lavouras mecanizadas tiveram significativa expansão, trazendo considerável mudança tecnológica. Segundo a SEAB/DERAL, o avanço da conservação dos solos; o plantio direto em mais de 80,0% da área cultivada com soja; a correção dos solos; o manejo de pragas e o uso de variedades constantemente melhoradas pelos órgãos de pesquisa resultaram em significativo ganho no rendimento médio das lavouras. A mesma passou de médias próximas a 2.100 kg/ha, no início da década de 1990, para cerca de 3.000 kg/ha, nos últimos anos.

TABELA 6 - Soja – Paraná – Principais Municípios Produtores – 01/02.

Ranking	em Área		em Produção		em Rendimento	
	Município	hectares	Município	toneladas	Município	kg/ha
1º	Cascavel	74.000	A. Chateaubriand	217.558	Missal	3.700
2º	A. Chateaubriand	70.180	Cascavel	214.600	Serranópolis do Iguaçu	3.700
3º	Toledo	66.000	Toledo	213.180	Quatro Pontes	3.600
4º	Castro	60.000	Castro	189.000	Palotina	3.500
5º	Tibagi	56.400	Tibagi	173.600	Santa Helena	3.500

Fonte: SEAB/DERAL

O município de Cascavel, no oeste, tem se mantido na primeira posição, tanto em área colhida, como em produção obtida, ficando ocasionalmente atrás de Assis Chateaubriand ou de Toledo, os quais, normalmente, têm se alternado na segunda e na terceira posição.

4. Antecedentes e Avanços na Construção da Política de Apoio à Agricultura Familiar

A apresentação do perfil da agricultura paranaense aponta sérias distorções de ordem social, com reflexos econômicos. É nítido que a população rural está se reduzindo perigosamente e que os ganhos de produtividade apontados refletem o interesse de políticas que se voltaram a favor da grande propriedade em detrimento das famílias de pequenos proprietários. O mercado, acima de tudo, e a competitividade, a que só os grandes podem aderir de maneira

mais rápida, associada à falta de visão social vem comprometendo seriamente o equilíbrio no campo.

O afastamento do pequeno e o avanço dos grandes proprietários são responsáveis pelo agravamento na distribuição de renda verificado, por exemplo, na microrregião de Toledo (Tabela 7), compreendida por 21 municípios. Alguns destes municípios apresentaram retrocesso significativo, em termos de concentração de renda, como Assis Chateaubriand, Jesuítas, Palotina, Pato Bragado e Tupãssi, em que a população dos 10% mais ricos aumentou, significativamente, e, entre a população dos 80% mais pobres, os municípios de Assis Chateaubriand, Jesuítas, Pato Bragado e Tupãssi foram os que mais regrediram neste aspecto, sendo o município de Assis Chateaubriand aquele que pior situação apresentou tanto entre os 10% mais ricos como nos 80% mais pobres, justamente, o município que se destaca na produção de soja e trigo, como é demonstrado nas tabelas 5 e 6.

A superestimação do potencial da grande fazenda, como geradora de resultados finais, para o desenvolvimento do setor rural colocou-a como alvo praticamente único das políticas agrícolas. O resultado foi a exclusão de milhões de brasileiros das oportunidades de ocupação produtiva e geração de renda que o campo pode proporcionar. (JUNGMANN, 1999).

Por anos, as expressões “pequeno produtor rural” e/ou “agricultor de baixa renda” foram associadas ao atraso econômico, a atividades de subsistência, a políticas sociais compensatórias. Criou-se o mito de que pequenas e médias propriedades não absorveriam tecnologia e não melhorariam a produtividade agropecuária, pois a renda nelas gerada não permitiria o progresso individual de seus proprietários. (JUNGMANN, 1999). Mas, a realidade observada nos países desenvolvidos desmente essa visão. No Brasil mesmo e, apesar da falta de apoio oficial ao longo da história, a agricultura familiar continua sendo responsável por resultados econômicos expressivos. (JUNGMANN, 1999).

Contratado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, estudo recente da FAO, sobre dados do censo agropecuário de 1995/1996, demonstra que: as explorações de agricultores familiares geram, em média, por hectare, 136% mais renda que as explorações patronais e são responsáveis por 77% do pessoal ocupado no setor agrícola.

Neste sentido, o governo brasileiro criou o PRONAF, que é um programa de apoio ao desenvolvimento rural sustentável, fundamentado no fortalecimento da agricultura familiar como importante segmento produtivo gerador de emprego e renda.

A gestão social constitui a base de suas ações, entendida como a participação majoritária dos atores sociais interessados na formulação, implantação, benefícios e impactos das ações desenvolvidas. Busca aumentar a sintonia entre as ações governamentais e as demandas dos agricultores familiares.

TABELA 7 - Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos e 80% mais pobres da população e renda per capitã - 1991 e 2000.

Município	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população, 1991.	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população, 2000.	Percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres da população, 1991.	Percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres da população, 2000.
Assis				
Chateaubriand	46,88	59,39	37,54	28,09
Diamante d'Oeste	41,27	43,6	43,62	39,62
Entre Rios do Oeste	66,9	39,36	23,59	42,62
Formosa do Oeste	47,29	40,31	35,81	44,2
Guairá	47,78	46,88	37,09	36,3
Iracema do Oeste	48,04	34,3	39,69	49,1
Jesuítas	45,4	53,55	40,23	33,37
Marechal C. Rondon	44,64	47,86	39,59	38,47
Maripá	53,59	36,42	32,27	45,86
Mercedes	32,05	36,9	50,4	46,93
Nova Santa Rosa	38,94	38,92	43,45	45,44
Ouro Verde do Oeste	52,98	39,13	34,03	44,97
Palotina	46,54	51,18	37,22	34,64
Pato Bragado	35,7	47,7	46,08	38,97
Quatro Pontes	39,26	34,5	44,41	50,37
Santa Helena	46,73	48,11	37,97	37,25
São J. das Palmeiras	43,38	39,32	40,15	44,33
São Pedro do Iguaçu	39,73	37,89	44,37	45,86
Terra Roxa	41,83	40,56	42,24	44,57
Toledo	46,84	45,98	38,29	39,65
Tupãssi	42,2	54,3	40,51	32,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

É um programa de parceria entre os poderes públicos municipal, estadual, federal e a iniciativa privada, executado de forma descentralizada, no qual os agricultores familiares e suas organizações são, ao mesmo tempo, beneficiários e parceiros, participando na programação, execução, aporte de recursos, monitoramento e avaliação das ações.

O apoio do Pronaf ao agricultor familiar consolida-se por intermédio das seguintes linhas de ação:

1. financiamento de atividades produtivas – disponibilização de recursos financeiros para atender à demanda de crédito de custeio e investimento dos agricultores familiares para a implantação e/ou ampliação de atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda;

2. infra-estrutura e serviços municipais – apoio financeiro e técnico aos municípios para a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infra-estrutura e serviços necessários para dinamizar o setor produtivo e assegurar sustentação ao desenvolvimento da agricultura familiar;

3. capacitação e profissionalização – elevação do nível de capacitação dos atores sociais, de acordo com a estratégia do desenvolvimento local integrado sustentável e elevação da qualificação técnico-profissional dos agricultores sobre produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização;

4. negociação de políticas públicas – esforço de articulação com órgãos governamentais com o propósito de promover o ajustamento de políticas à realidade dos agricultores familiares

No entanto, na visão de Garcia (2003), o problema rural (espaço socialmente construído) foi setorizado e reduzido a algo impreciso. Foi atribuído a um órgão com nome sonoro – Ministério do Desenvolvimento Agrário, porém com estrutura, instrumentos, recursos e poderes restritos.

O próprio Jungmann (2002) afirma que o “desenvolvimento rural” saiu, há mais de uma década, das agendas dos atores políticos e do próprio governo. O conceito de desenvolvimento do meio rural, necessariamente multissetorial e sob forte coordenação estatal, foi aposentado. Talvez não fosse moderno, cosmopolita e com ares de Primeiro Mundo reconhecer que a maioria da população que habita o espaço rural brasileiro vive em um atraso secular e apresenta níveis de bem-estar precaríssimos, muito inferiores aos alcançados nos centros urbanos. Ou, talvez, falar de desenvolvimento liderado pelo poder público fosse tido como algo fora de moda em tempos de endeusamento do mercado. Também, por isso, o desenvolvimento urbano teria ficado meio órfão nessa época.

5. Conclusão

O Brasil rural é muito heterogêneo, por isso, a atuação governamental tem que ser eficaz para atender às peculiaridades de cada espaço rural e de cada público. Coloca-se, então, a necessidade de mapeá-los e conhecê-los, construindo um conceito de região e de intervenção que busque delimitar territórios, os mais homogêneos possíveis, sob os pontos de vista: social, econômico, ambiental e cultural. Isto feito, faz-se necessário identificar, por meio do envolvimento dos

beneficiários, todas as carências e potencialidades, para que se possa programar, com maior exatidão, uma intervenção global, promotora do desenvolvimento rural. A programação integrada: reforma agrária; apoio à agricultura familiar; industrialização e serviços; infra-estrutura; habitação e saneamento; educação e saúde; comunicações; informação e lazer; assistência técnica e extensão (rural, agroindustrial, industrial, de serviços e gerencial); pesquisa científica e tecnológica. Tudo isso é necessário para permitir a articulação e a integração das ações nos três níveis de governo, escalonando o tempo e endereçando aos espaços as atribuições e os compromissos de cada um deles. Permite, ademais, se lhe são dadas as devidas publicidade e visibilidade, mobilizar e organizar a sociedade para que esta contribua com o que puder e, principalmente, exerça o imprescindível controle social (Garcia, 1994) apud de Garcia (2003).

As dificuldades para os que vivem no mundo rural são imensas e penosas. Segundo Garcia (2003), para a grande maioria que lá habita falta muito para se dispor dos mínimos que configuram uma existência digna. Para muitos, falta tudo ou quase tudo. Para pouquíssimos, nada falta. E se é assim, é porque assim vem sendo feito no decorrer de toda a nossa história. Os estudos, as pesquisas, as muitas (mas não suficientes) informações disponíveis, a imprensa, a literatura, o cinema e a televisão estão a revelar, senão precisamente, ao menos de forma que não sejam permitidos reducionismos tecnicistas, a natureza e as características principais do nosso mundo rural. Promover o seu desenvolvimento integrado não é nada simples. Constitui tarefa hercúlea, ampla, difícil e exige recursos, conhecimentos, organização, múltiplas ações, mas é necessária. Extremamente necessária, porque justa, redutora de iniquidades por constituírem-se em um trunfo e uma oportunidade capaz de reorientar o estilo de crescimento, o modo de vida e de convivência social dos brasileiros. Assim, uma política voltada para o meio rural deve levar em conta a diversidade na unidade, os problemas (gerais e particulares) e as oportunidades criadas pelo seu enfrentamento.

Para Garcia (2003) deverá ser uma política abrangente (nacional e regionalizada que alcance, articule e integre estados e municípios); multissetorial (o mundo rural carece de tudo); coordenada e organizada de forma apropriada (autoridade responsável e estrutura administrativa bem definida); implementada com a rapidez requerida (programação realista e progressiva), pois eliminar desigualdades gritantes não pode ser tarefa para todo um século ou para muitas e intermináveis décadas.

Assim, será possível tornar o pequeno produtor viável e garantir produtividade em culturas diversificadas, garantindo o equilíbrio necessário a todo o sistema econômico, além de permitir ao pequeno agricultor, que se encontra hoje alijado do processo mais dinâmico da economia, ter uma vida mais digna, mesmo optando pela dura vida no campo.

6. REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. v.1-2.
CORRÊA, A. J. **Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira**. Piracicaba UNIMEP, 1998.

GARCIA, R. C. **O Desenvolvimento rural e o PPA 2000/2003**: uma tentativa de avaliação. IPEA Brasília, fevereiro de 2003 (Texto para Discussão n. 938).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Censo agropecuário 1995/1996**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2003.

JUNGMANN, R. B **O desenvolvimento do meio rural**. Disponível em: <<http://www.bnaf.org.br/palest09.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2003.

Ponaf – Planta Brasil. Disponível em http://www.pronaf.gov.br/textos_e_estudos/pmdr.htm <http://www.incra.gov.br/reforma/balanco99/pronaf.htm>

ROCHA, S. Crise, estabilização e pobreza – 1990-1995. **Revista de conjuntura econômica**, Rio de Janeiro: FGV, p. 22-26, jan. de 1997.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ – SEAB e DEPARTAMENTO E ECONOMIA RURAL – DERAL. **Perfil da Agricultura Paranaense** Disponível em: < <http://www.pr.gov.br/seab/revista.pdf> >. Acesso em: 21 dez. 2003.

SCHNEIDER, S. M.; FIALHO, A.V. **Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul**. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/pgdr/textos_abertos/sergio/11pobrezaruraldesequilibrios.pdf>. Acesso em: 26/10/2003

SOUZA, M. **Atividades agrícolas e desenvolvimento rural no Paraná**. Disponível em: < <http://www.nead.org.br/>>. Acesso em: 26/10/2003

STADUTO, J. A. R ; FREITAS C. A. de. **A Questão agrária e o mercado de trabalho rural no Brasil**. mimeo. 2001

STADUTO, J. A. R.; SHIKIDA F. A.; BACHAC. J. C. **Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agricultura brasileira**. Local: Editora, Revista Agricultura em São Paulo, 2004

VEIGA, J. E. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. IN: TEÓFILO, E. et al. **Distribuição de riqueza e crescimento econômico**. Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural-NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 173-200, 2000.

ZAAR, M. H. **A produção do espaço agrário da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu**. Cascavel: Unioeste, 1999.

Recebido em 28/03/2004

Aprovado em 17/06/2004